

GEOGRAFIA ULTRAMARINA SOB A VIGÊNCIA DO TRATADO DE TORDESILHAS NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL BRASILEIRA - CABO DO NORTE

OVERSEAS GEOGRAPHY UNDER THE TREATY OF TORDESILLAS IN THE NORTHERN BRAZILIAN AMAZON - CAPE NORTH

Ricardo Ângelo Pereira de Lima¹
Patrícia Rocha Chaves²

¹ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: ricardo@unifap.br

² Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: rochavespatricia@gmail.com

RESUMO: No período de vigência do Tratado de Tordesilhas, os mapas tinham a função de registrar as toponímias das terras identificadas de Castilla-Leon ou Portugal, ao mesmo tempo, se configuravam em instrumentos chaves de poder e de direito reivindicatório da propriedade do território. Dentro da cartografia dos descobrimentos que está presente nas coleções e atlas que tratam dos modelos de representação territorial destaca-se as cartas Portolanas, Náuticas, Planas Quadradas, desenhados e ilustrados com figuras de apreciável valor artístico, ao mesmo tempo que revelavam ideologias e políticas para o controle do Território, na Foz do rio Amazonas.

Palavras-chave: Cartografia histórica. Mapas. Tordesilhas. Amazônia.

ABSTRACT: In the period of validity of the Treaty of Tordesillas, the maps had the function of recording the toponyms of the identified lands of Castilla-Leon or Portugal, at the same time, they were configured in key instruments of power and right to claim ownership of the territory. Within the cartography of the discoveries that is present in the collections and atlases that deal with the models of territorial representation stands out the Portolanas, Nautical, Square Flat charts, drawn and illustrated with figures of appreciable artistic value, while they revealed ideologies and policies for the control of the Territory, at the mouth of the Amazon River.

Keywords: historical cartography. Maps. Tordesillas. Amazon.

Sumário: Introdução – 1 A navegação e as cartas de ultramar – 2 Geografia do século XVI e o Tratado de Tordesilhas – 3 A ‘descoberta’ do Brasil e a chegada dos europeus as terras do Cabo do Norte – 4 Pretensão Francesa – Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva fazer uma reflexão sobre o uso da cartografia como instrumento de identificação e reconhecimento das terras encontradas pelos navegadores europeus no período de vigência do Tratado de Tordesilhas, na Amazônia Setentrional (região do Cabo do Norte - terras localizadas entre os Rios Amazonas e Vicente Pinzón (rio Oiapoque), no atual Estado do Amapá ao norte do Brasil, por meio de revisão de literatura que trata sobre o tema.

É de notório conhecimento que o Tratado de Tordesillas impulsionou o desenvolvimento da cartografia, cosmologia, náutica e da navegação em geral ao longo de sua vigência, pois assim era respeitado, ao menos pelos reinos contratados, até o século XVIII. Tal desenvolvimento técnico foi motivado pelo afã

de representar nos mapas os pontos, marcos e linhas, que se tornariam os prováveis limites na disputa pela conquista do mundo a partir do século XV. Os mapas também tinham a função de registrar as toponímias das terras identificadas por Castilla-Leon ou Portugal, ao mesmo tempo, se configuravam em instrumentais que promoviam as estratégias de poder e da elaboração da legislação que embasava a produção do direito reivindicatório da propriedade do território.

Recentemente a geografia histórica e produção cartográfica histórica tornaram-se elementos potenciais no sentido de trazer eventos constituintes da história oficial dos projetos de colonização dos territórios, também servem para reflexão sobre os discursos, objetos, meios e formas de constituição das linguagens dos poderes estabelecidos que projetaram as cartografias, histórias e geografias atuais. Esses produtos, colocam, portanto, as narrativas coloniais atuais em questão.

Desta feita, discutir as formas cartográficas, os discursos nelas imbrincados permite não somente ao geógrafo ou historiador a apreensão do desenvolvimento da história e da cartografia numa perspectiva de desenvolvimento das sociedades e técnicas. Mas, também da ideologia e perspectiva de desenvolvimento ao qual as sociedades nacionais e locais estão inseridas no presente.

Nesse sentido, esse artigo contextualiza a cartografia ultramarina como estratégia geopolítica a partir de dois quatro eixos históricos: os navegadores de Ultramar. Em seguida, geografia do século XVI e o Tratado de Tordesilhas, a cartografia enfim obtém legitimidade. Referenda e potencializa a organização territorial em nível mundial. Em A 'descoberta' do Brasil e a chegada dos europeus as Terras do Cabo do Norte, demonstra-se a disputa pelo território no período colonial e a formação do Cabo Norte no contexto dessa disputa. Pretensão francesa considera a luta da Estado francês pelo seu quinhão na Amazônia.

1 A NAVEGAÇÃO E AS CARTAS DE ULTRAMAR

A elaboração do material cartográfico de ultramar não foi de exclusividade dos sábios ibéricos, teve contribuições de italianos, franceses, irlandeses e holandeses que também cartografaram a costa brasileira. Neste sentido, Albuquerque (1996) afirma que

[...] foi tempo perdido a tentativa de reservar as informações de real distribuição das terras e dos mares que chegaram ao conhecimento dos navegadores portugueses, pois os pretendidos segredos passaram ao conhecimento da Europa com rapidez extraordinária...era, aliás, de prever que assim fosse, porque os navios do reino de Portugal nunca se fecharam à admissão de estrangeiros nas suas equipagens, e ainda, para mais, eles eram, na sua grande maioria, homens relativamente cultos ou com experiência de navegadores [...] (ALBUQUERQUE, 1996, p. 12).

A exemplo da chamada cartografia dos descobrimentos que está presente nas diversas coleções e atlas que tratam dos modelos de representação territorial, podemos destacar os seguintes:

a) As cartas Portolanas: que foram projetadas para representar áreas de grande tamanho onde se estimava as distâncias entre os vários portos e acidentes geográficos com medições quase exatas.

Um estudo sobre a Cartografia Portolana mostra a importância das descrições das vilas e cidades para a navegação e reconhecimento de rotas no mar Mediterrâneo, como por exemplo

[...] una distinción categórica, casi unánime en toda la documentación, es la de topónimos rojos y negros. Suponer tenían más importancia las ciudades o puertos- nunca accidentes físicos – rotulados em rojos es obvio...Las atraen el comercio y los mercadores buscan las concentraciones humanas. Nada tiene de extraño que la mayor parte de los rotulos rojos de las cartas portulanas sean justamente ciudades litorales (GENERALITAT DE CATALUNYA, 1995, p. 273).

b) As cartas Náuticas: tinham como objetivo reproduzir uma área de mar ou de terras, ou diversas rotas complementares. Albuquerque (1996) comenta que as vantagens das cartas náuticas estavam centradas em expor a distribuição das terras e dos mares em uma área ou em todo o mundo.

c) As cartas Planas Quadradas: que tiveram como objetivo a determinação de latitudes, foram introduzidas pelos cartógrafos de maneira arbitrária e, por este motivo, não correspondiam às coordenadas reais medidas em vários lugares.

Não obstante aos aspectos da limitação da técnica, sabe-se que os mapas produzidos neste período foram desenhados e ilustrados com figuras de apreciável valor artístico, ao mesmo tempo que revelavam ideologias e políticas para o

controle do Território. Albuquerque (1996), afirma que apesar dos desenhos, das rosas-dos-ventos destaques nas cartas náuticas, a pesquisa sobre os valores artísticos e seus significados somente foram estudados há pouco mais de um século; para o que se convencionou chamar de 'período dos descobrimentos'.

Assim, alguns símbolos não refletem a dimensão real das suas representações na escala do mapa, tampouco a densidade dos fenômenos e os eventos plotados no desenho. Em alguns casos estão relacionados aos desejos, vontades e caprichos dos desenhistas, bem como dos seus patrões e superiores.

Todavia, o que poderia ser interpretado como simples antagonismo entre desenho e escala do mapa, tamanho e importância do fenômeno ou mesmo o significado das cores e das formas, de fato refletem ideias, imagens e conteúdos culturais sobre a Paisagem e o Território que desejavam mapear. Tais representações artísticas esboçam as expressões de poder e o nível de intervenção, no território, de quem os elabora; assim justifica-se a presença, com muita frequência, de símbolos como brasões, insígnias, bandeiras, armas, navios de guerras, fortificações, motivos religiosos dentro das representações cartográficas neste período. O que configurava a centralidade da descrição não era ao menos as percepções de quem os produzia.

Também, sobre o aspecto da pesquisa cartográfica é importante destacar o riquíssimo material descritivo dos viajantes: notas, diários de bordo, cartas descritivas e correspondências de viagens. Desta feita, a autenticidade da representação de alguns territórios poderia ser comprovada através da descrição dos aspectos naturais (bordas e contornos litorâneos, comportamentos hidrográficos, acidentes geomorfológicos.) da fauna, da flora e pelos objetos encontrados - as chamadas especiarias, ou ainda pela identificação de determinadas características físico-biológica das populações contatadas (altura, cor da pele, hábitos alimentares, adornos corporais)

Portanto, sabemos que ao longo do período de conquista do mar oceânico pela navegação, cartografia e arte, ciência e religião estiveram diretamente vinculadas. E porque não dizer que constituíam um saber uno e inseparável, daquilo que hoje se denomina conhecimento científico!¹

¹ - Ver o artigo Art, science, and power in sixteenth-century Dutch Cartography de J. B. Harley & Kees Zandvliet (1992).

Quanto a utilização política na cartografia, Luís Albuquerque (1996) descreve que uma das primeiras provas usadas como fundamento reivindicativo na cartografia de ultramar aconteceu logo após o Tratado de Tordesillas e a necessidade de as duas coroas definirem o semi-meridiano territorial ultramarino na tentativa de estabelecer do direito de propriedade entre Portugal e Espanha nas Américas.

2 GEOGRAFIA DO SÉCULO XVI E O TRATADO DE TORDESILHAS

Por que abordar o tratado de Tordesilhas? Passados mais de 520 anos da invenção do Brasil, ou do encontro entre duas ou mais realidades – dadas a várias realidades das organizações sociais e territoriais circunscritas nas regiões colonizadas do mundo -, ainda permanecem sem respostas as incertezas, os méritos e as contradições sobre a autenticidade e a propriedade das terras disputadas pelas potências ibéricas tal como ficou estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas (1494), no qual, sob os ditames da Bula Papal de Alexandre VI, o mundo foi repartido entre os reinos de Castilla e Portugal, medidos a partir de um ponto no Arquipélago Cabo Verde, até 370 léguas para o poente (oeste).

A importância de Tordesilhas para a definição geopolítica (europeia) do mundo nos séculos XVI, XVII e XVIII, se justifica sobretudo porque Tordesilhas reflete, contraditoriamente, o conflito jurídico surgido nos atos praticados (não cumprimento dos acordos pactuados) pelas partes contratantes. Também se destaca por ser considerado, por alguns estudiosos, a peça mais importante da diplomacia luso-brasileira até o advento do Tratado de Santo Idelfonso no ano de 1777. Seixas Correa (1994) comenta que

Tordesillas fue paradigma del sistema internacional del siglo XV y estableció un modelo característico de negociación diplomática. Fruto del equilibrio de poder bi-polar que se caracterizó en el siglo XV con la expansión marítima y colonial de Castilla y Portugal, representó el instrumento rector de cooperación que necesitaban para que, bajo la apariencia de un entendimiento, continuasen a buscar cada cual sus objetivos unilaterales (SEIXAS CORREA, 1994, p.110).

A pretensão de portugueses e espanhóis em repartir o mundo de maneira bipolar, se perdeu nos entraves burocráticos e econômicos de ambos os países.

Um exemplo foi a não demarcação dos limites entre as posses das duas coroas, contemplada no texto de Tordesilhas quando as coroas de Castilla e Portugal deveriam enviar seus pilotos, astrólogos, cosmógrafos, cartógrafos e marinheiros até as Ilhas de Grã-Canária, de onde sairiam para colocar os marcos deste acordo no prazo de dez meses, a contar da data de assinatura do referido tratado (05/09/1494). Fato que não se concretizou.

Francisco Solano justifica esta situação porque “la línea de Tordesillas no fue un hecho físico, sino una solución astronómica para delimitar las respectivas áreas. Pero a uno y a outro lado de la posible línea – tal como cada parte la localizaba – se produjeron efectos de ocupación (SOLANO, 1991, p.193).

Max Guedes (1994) atribui a não demarcação dos limites às dificuldades técnicas da época: determinação de longitude (dificuldade para estabelecer o marco inicial da medição, considerando que Cabo Verde é um arquipélago e o tratado não detalha o local exato - a ilha- de início da demarcação), diferentes módulos de demarcação (as duas coroas usavam unidades de medidas diferentes) e outros interesses diversos que poderiam estar envolvidos definiram a não demarcação cartográfica dos territórios em questão.

Para Juan & Ulloa (1972) tanto Portugal quanto Espanha justificaram seus ditames através das cartas náuticas construídas mediante à técnica desenvolvida na época e da boa vontade dos viajantes e, por este motivo, não se deve estranhar a diversidade de concepções para representar a mesmo território.

Também era diverso o método de navegar de cada piloto e aos acidentes que não raramente causaram alterações em seus cálculos de localização. Guedes (1998) assevera dizendo que mesmo não tendo uma demarcação como preconizava no Tratado de Tordesillas, as expedições realizadas ao longo do litoral brasileiro e o estabelecimento de poses e benfeitorias vão estabelecer os limites possíveis da ocupação entre duas coroas ibéricas. Em torno da polêmica da demarcação, pensamos que Tordesilhas teve uma importância cartorária² para as duas coroas. Ou seja, o instrumento capaz de justificar a emissão da certidão de nascimento das novas terras descobertas.

² - Utiliza-se esta terminologia com o objetivo de demonstrar o caráter de legalidade sob o qual as terras e povos encontradas estavam submetidos. A legalidade das descobertas significa a chegada da civilização ao desconhecido.

3 A 'DESCOBERTA' DO BRASIL E A CHEGADA DOS EUROPEUS AS TERRAS DO CABO DO NORTE

Retornar ao tema da 'descoberta' mais de 520 anos depois merece especial atenção, por ser o Brasil um dos poucos países do mundo que já nasce com um território imaginário, senão demarcado, repartido e cartografado como pretensões espanholas e portuguesas, incorporado pela política de expansão de ultramar e como instrumento de reivindicação territorial.

Informações históricas e bibliográficas demonstram que, supostamente, um dos primeiros navegadores a se aventurar por aquelas terras (ou águas) do Cabo do Norte, também chamada de Costa Norte Setentrional foi Américo Vespúcio em 1499, a serviço dos reis católicos de Espanha, chegando com sua expedição até as Ilhas de Caviana, Ilha dos Porcos e do Pará, na barra norte do rio Amazonas, próximo da atual cidade de Macapá.

Para Sousa apud Picanço (1981) há evidências, desde um ponto de vista da famosa carta de Américo Vespúcio, que a construção do Brasil começou pelo Cabo do Norte (hoje Estado do Amapá). Para tal reflexão tentou-se reproduzir aqui, alguns trechos das afirmações extraídas da carta que escreveu Vespúcio a seu patrão Lorenzo di Pier Francesco de Medice, em Sevilla, entre 18 e 28 de julho de 1500. Tenta-se reinterpretá-las à luz de informações que compõe a geografia da região. Relata a Carta de Américo Vespúcio, assim,

Hicimos a la vela desde una isla, que se llama la Gomera, y pusimos proa hacia el lebeche, y navegamos 24 dias con viento fresco, sin ver tierra ninguna, y al cabo de 24 dias avistamos tierra, y encontramos haber navegado al pie de 1300 leguas de la ciudad de Cádiz, por el rumbo de lebeche. Y avistada la tierra...y echamos al agua los botes, y con 16 hombres fuimos a tierra, y la encontramos tan llena de árboles, que era cosa maravillosa no sólo su tamaño, sino su verdor, que nunca pierden las hojas; y por el olor suave que salía de ellos, que son todos aromáticos...y andando con los botes a lo largo de la tierra para ver si encontrábamos disposición para saltar a tierra, y como era tierra baja, trabajamos todo el dia hasta la noche, y en ninguna ocasión encontramos camino ni facilidad para entrar tierra adentro, porque no solamente nos lo impedía la tierra baja, sino la espesura de los árboles; de modo que acordamos volver a los navíos e ir a tentar la tierra en otra parte. Y vimos en este mar una cosa maravillosa que fue antes de que llegáramos a tierra, a 15 léguas encontramos el agua dulce como rio, y sacábamos de ella, y llenamos todos los barriles vacios que teínamos... Y cuando estuvemos en los navíos, levamos anclas, y

nos hicimos a la vela, y pusimos proa hacia el mediodía; porque mi intención era ver si podía dar vuelta a un cabo de tierra, que Tolomeo llama el Cabo de Cattegara, que está unido con el Gran Golfo, ya que, según mi opinión, no estaba muy lejos de ello, según los grados de la longitud y latitud (VESPÚCIO. 1986, p.52).

A propósito do relato de Américo Vespúcio, sabemos que no litoral do Cabo Norte (Amapá) encontram-se grandes manguezais e praias de sedimentos, a vegetação se constitui de manguezais, campinas litorâneas, campos inundados e matas de várzea. Chagas & Rabelo (1995); Isaac et all (1998), acreditam que esses manguezais resultam do grau de influência da foz do rio Amazonas e chamam a atenção pela extensão dos seus bosques, com altura média de 20 a 30 metros.

Podem ser também tomadas como evidências o comportamento hidrográfico da Costa Norte Setentrional, a qual não se inclui diretamente na drenagem do rio Amazonas, pois estes rios têm drenagem direta para o Oceano Atlântico. Percebe-se o fluxo de sedimentos e de água doce depositados no oceano é muito grande, podendo chegar às 25 léguas de distância do continente, fato particular no comportamento dos rios que drenam para o litoral do Brasil atual.

Os rios desta área apresentam um fenômeno particular, que se caracteriza pela entrada das águas do mar dentro do leito do rio, provocando uma corrente no sentido contrário ao fluxo do rio (sendo mais comum na foz dos rios Araguari e Cassiporé), este fenômeno é próprio das marés de sizígea e recebe denominação local de Pororoca. Tal fenômeno pode ser atribuído a afirmativa observaram então um fenômeno por eles nunca visto. Tornando-se Vespúcio, supostamente, o primeiro navegador europeu em terras brasileiras, ao fazer o percurso compreendido entre o Cabo Cassiporé e o Cabo Orange (topônimos bastante repetidos nos mapas produzidos a partir do século XVI), ao norte do círculo equatorial. Segundo a interpretação feita por Marcondes de Sousa apud Picanço (1981), encontramos o seguinte:

Navegando para sul, deparou-lhes a foz de dois grandes rios, sendo que um vinha do Oeste e corria para leste e tinha a largura de quatro léguas ou 16 milhas; outro corria do sul para o norte era largo: 3 léguas ou 12 milhas eram esses dos rios que dulcificavam o mar por serem caudalosos. Magnanaghi ('Américo Vespucci'. Estudo crítico) esclarece que Vespúcio se refere ao estuário do Amazonas a sudoeste da ilha Caviana, fazendo alusão ao ramo

principal da esquerda, e ao outro grande estuário que se dirige para o sul a norte e que fica à direita da ilha dos Porcos (frente a cidade de Macapá). Resolveram penetrar em um desses dois estuários com os batéis...ao fim de dois dias de navegação haviam avançado rio adentro 15 léguas, notando sempre a terra baixa, e espessa a mata, percebendo também sinais de ser ela habitada lembrando-se, porém, de que os navios estavam ancorados em lugar perigoso caso o vento soprasse de través, resolveram às caravelas, que fizeram (p.23).

O relevo da foz do rio Amazonas é muito plano e dificulta a drenagem fluvial, posto que toda a região é geologicamente recente e com intensa sedimentação. De acordo com o relato de Issac et all (op. Cit.) a sedimentação de material nas desembocaduras dos rios ao longo da costa ocorre de maneira contínua, formando ilhas, barras e bancos de lama e areia, o que dificulta a navegação. Supõe-se, a partir dessa descrição, que todas as dificuldades encontradas para desembarcar tenham feito Américo Vespúcio mudar seu objetivo e rumar em direção norte, supostamente pela corrente das Guianas.

E tanto navegamos pela zona tórrida da parte do astro que nos encontramos abaixo da linha equinocial, tendo um polo e outro no fim do nosso horizonte e ao atravessar essa linha a seis graus, perdemos de todo a estrela polar norte, apenas avistamos outras estrelas da Ursa Menor ou, para dizer melhor, as guardas que giram no firmamento...e enquanto nós estávamos sobre a linha do equinocial ou afastados de cerca de 4°, o que nos meses de julho e agosto, a diferença entre o dia e a noite não se percebia, e quase que os dias eram iguais, pois muito pouco era a diferença...Y vistos tan buena gente y tratarnos tan bien, no nos atrimos a tomar nada de ellos, y nos hicimos a la vela y fuimos a metermos um um golfo que se llama el golfo de Pária (PICANÇO, 1981, p.23; apud VESPUCCI, 1986, p. 58).

Caso os relatos anteriores sejam tomados como verdadeiros, o Brasil fora encontrado pela coroa Hispânica, dez meses antes da façanha oficial de Pedro Álvares Cabral (21/04/1500), retratada na carta de Pero Vaz de Caminha (01/05/1500), ainda hoje considerada oficialmente a certidão de nascimento deste país.

Ainda há informações que o navegador Vicente Yanez Pinzón (1500) a serviço dos reis de Espanha percorre do Amazonas até a foz Rio Oiapoque, cujo

rio passou a ser identificado com o nome deste navegador e segundo Guedes (1998) relata que,

[...] logo nas primeiras décadas após Vicente Yanez Pinzon percorrer boa parte da chamada costa Leste-Oeste da América do Sul e Pedro Alvares Cabral haver descoberto o Brasil, fatos ocorridos no início de 1500, tanto Portugal quanto Castela comprovaram que havia consciência bastante aproximada dos pontos costeiros cortados pela raia: ao norte, pelas proximidades do equador (GUEDES, 1998, p.02).

No que pese tais indagações, Portugal e Espanha desenvolveram suas políticas para no vale do Amazonas tentando fazer valer Tordesilhas. Max Guedes nos adverte que,

Diogo Ribeiro, trabalhando como cosmógrafo-mor da Casa de Contratação de Sevilla também comprova que, pela mesma época (as cartas atribuídas ou assinadas por Diogo Ribeiro hoje conhecidas cobrem o período 1525-1532) naquele importante centro, a divisória situava-se no ponto em que o Equador corta a linha costeira brasileira (hoje reconhecemos esta área como a embocadura do rio Amazonas, na cidade de Macapá, (grifo nosso). Por este ponto fez passar a linha de partilha, caracterizando-a taxativamente ao colocar a oriente dela a bandeira portuguesa e à ocidente a de Castela e Leão (GUEDES, 1994, p.3).

Padron (1992) mostra que a formação da governação do Adelantado de Nueva Andalucia (1545) é a primeira concessão de terras nesta área, com a qual foi agraciado Francisco Orellana pelos seus préstimos a Coroa Hispânica no século XVI. Outras concessões foram feitas pelo governo espanhol no período de 60 anos, todavia esta tentativa não indica a intenção da Coroa Castelhana em ultrapassar o Equador. Guedes (1994) afirma que o mapa de Teixeira 1580 mostra

[...] as ambições territoriais portuguesas não haviam ultrapassado, ao menos cartograficamente, o limite equatorial, a Linha de Demarcação deixa praticamente toda a foz do Amazonas na jurisdição castelhana, na qual cai, igualmente, a imensa embocadura do rio (GUEDES, 1994 p. 1413).

Machado (1989) avalia estes acontecimentos segundo uma hipótese discutível: as estratégias da Coroa Espanhola em sustar a conquista do vale do Amazonas.

Talvez o mais correto é afirmar que um conjunto de condições contribuíram para o abandono do vale do amazônico. Durante quase setenta anos a coroa espanhola desestimulou aos eventuais conquistadores, substituindo a anterior concepção de pose por formas, mas complexas de organização do empreendimento colonial: criação de níveis intermediários de poderes vinculando à divisão do território em unidades administrativas - Audiências (p.3)

Não obstante as normas jurídicas do tratado em questão, a União das duas Coroas Ibéricas (1580-1640), não afetou as estratégias de Portugal e Castilla no vale do Amazonas, posto que Portugal manteve a administração colonial de suas terras. Desta maneira em 1580 a União das Coroas Ibéricas

[...] radicalmente mudaria esta situação, quando Felipe II, morto o Cardeal D. Henrique, colocou em sua cabeça a coroa portuguesa. Se Carlos V conseguiria limitar as frentes em que combatera, o mesmo não ocorreria com seu filho; desde a rebelião holandesa eles multiplicaram-se, em número, em audácia e agressividade. O Maranhão, o Pará e as Guianas foram cobiçadas por franceses, holandeses, ingleses e Irlandeses. Se na embocadura amazônica os entrepostos comerciais eram a tônica, Maranhão a tentativa de colonização foi efetivada e recebeu o endosso da coroa francesa (GUEDES, 1998, p.3).

4 PRETENSÃO FRANCESA

A primeira tentativa francesa de ocupação do Cabo do Norte, dá-se após sua expulsão da Ilha de São Luiz do Maranhão, quando se estabelecem na ilha do Maracá no ano de 1615. Posteriormente, a Colonização francesa se inicia pela fundação da Colônia de Sinamari, próximo ao rio Oiapoque, em 1626.

Reagindo à criação da Companhia Francesa do Cabo do Norte, na cidade de Caiena, em 1633 e defendendo os interesses da coroa espanhola, o rei, Felipe IV, cria a Capitania do Cabo do Norte em 1637, doando-a para Bento Maciel Parente. A Capitania do Cabo do Norte, ficou situada na área de terras entre o rio Amazonas e o Vicente Pinzón, onde rapidamente constróem uma pequena fortificação.

Agregada a estratégia de fortificação, a Coroa Espanhola proíbe aos demais países europeus de comercializarem em portos da então Colônia Portuguesa; desencadeando em reações militares, piratarias, saques às povoações, atos praticados por franceses, irlandeses, ingleses e holandeses. Michael Layland (1998, p.24) justifica esta atitude como uma resposta dos países colocados fora da partilha do mundo.

A bula papal, matriz do Tratado de Tordesilhas, incluía um embargo a todas as outras nações não ibéricas, de realizarem viagem similar ou exploração, negócio ou conquista. Assim, outras nações marítimas europeias não aceitaram a proibição e se recusaram reconhecer a linha de Tordesilhas. Mesmo assim França, Holanda, Irlanda e Inglaterra estabeleceram entrepostos comerciais ou Colônias, principalmente na região que futuramente seria as Guianas e no estuário do Amazonas.

Com pretensões de fundar a França Equinocial os franceses fundaram o Forte Orange, na margem esquerda do rio Oiapoque, em 1676. Anos mais tarde fundaram o Forte do Araguari, na foz do rio de mesmo nome, ou seja, em terras reconhecidamente de domínio Ibérico. Segundo os comentários de Vidal Picanço.

Em 1666, Le Febvre de La Barre, que anteriormente, tomara Caiena aos holandeses, em documento sobre a Guiana Francesa, dava-lhe como limites ao sul, o Cabo Orange, onde deságua o rio Oiapoque, já no edito de Luiz XIV, de 1664, que criava a Companhia das Índias Ocidentais, o limite da Guiana, ficava dos rios Amazonas ao Orenoco...Os antigos documentos, verificados as várias ortografias do nome Oiapoque. Então 'Yapoco', 'Ojapoque', 'Wanipoco', 'Oyapok', 'Oyapock. Assim também, como nome Pinzon: 'Piçon', 'Pinson', 'Pinsão' e 'Pinsson' (PINCANÇO, 1981, p. 88).

A França reivindicava a área que se estendia do Oiapoque (Guiana) ao Maranhão, argumentando a antiguidade das suas ocupações e fortificações frente às lusitanas e espanholas. O tema foi incluído no Tratado Provisional de 04/03/1700, cujo artigo II previa que os franceses e portugueses não poderiam ocupar as terras (cabo do Norte) e os fortes (Araguari e Cumaú) e nem fazer outros no sítio deles, as quais ficam em suas suspensões de posse de ambas as coroas.

CONSIDERAÇÕES

Finalizado o período de União das Coroas Ibéricas, o polêmico meridiano de demarcação prossegue pelos séculos XVII e XVIII incentivando a cartografia a esclarecer e legitimar os acordos entre os países.

A questão do Cabo Norte, foi tratada no bojo do Tratado de Utrecht de 1712 onde o confronto cartográfico foi fundamental, sobretudo pelas interpretações das toponímias dos mapas. O estabelecimento do Tratado de Santo Idelfonso em 01/12/1777, também conhecido como o Tratado preliminar de Limites, estabelece os limites os territoriais referentes à Colônia Portuguesa. No caso do Cabo Norte a demarcação ficou suspensa pelo Tratado de Provisional de 04 março de 1700.

Apesar de Portugal ter estendido o litoral de sua Colônia, do rio del Plata ao rio Oiapoque; no que pese o aporte cartográfico e político, a região do Cabo do Norte continuou em litígio e disputa entre Portugal e França, conflito transferido por herança ao nascente Estado brasileiro, a 07 de setembro de 1822.

Após o Congresso de Viena (séc. XIX) a questão seguiu sem solução. A região do Cabo do Norte era considerada como território 'neutro', ficando sua gestão a cargo da diplomacia e das pendências legais. A questão Cabo do Norte somente seria resolvida com a intervenção diplomática e do Laudo Arbitral de Berna (Suíça), em 01/12/1900, quando é definitivamente incorporado ao território do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luís. **Atlas do mundo e dos descobrimentos - cartografia antiga, cartografia atual e descrição dos países**. Madrid: S. A. E.P.A, 1996.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Portolans procedents de col.leccions espanyoles: sigles XV-XVII**. Barcelone: Talleres graficos soler, 1995.

GUEDES, Max Justo. **A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no século XVIII. IN: Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

GUEDES, Max Justo. **O descobrimento do Brasil e o Tratado de Tordesilhas. IN: El tratado de Tordesillas y su época - Congresso Internacional de História1(V Centenário do Tratado de Tordesilhas**. Junta de Castilla y Leon, 1994.

HARLEY, J. B & ZANDVLIET, Kees. Arte, science, and power in sixteenth-century Dutch Cartography. In: **Cartográfica**. Vol.29, Nº. 2 - SUMMER, 1992. p. 10-19/

ISSAC, et all. **A pesca no estado do Amapá: alternativas para o seu desenvolvimento sustentável**. Macapá: SEMA/GEA-BID, 1998.

JUAN, Jorge & ULLOA Antonio. **Disertacion historico y geográfico sobre el meridiano de demarcación MUCCLIX**. Madrid: Instituto Histórico de Mariña, 1972.

LAYLAND, Michael, Teixeira's act of possession. In: **Mercato's World**, Vol 1(2), 1996.

MACHADO, Lia O.; **Mitos e realidades da Amazonia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona: Universitat de Barcelona. 1989. 2v. (Tese de Doutorado).

MOURA, Vasco Graça. Varia linhas cruzadas sobre os mares. In: **Tratado de Tordesillas**, Lisboa: Banco Bilbao Viscaya, 1994. PADRON, Fco. Morales. **Andalucia y América**. Málaga: Ed. Arguval, 1992.

PADRON, Fco. Morales. **Andalucia y América**. Málaga: Ed. Arguval, 1992.

PICANÇO, Estácio Vidal. **Informações sobre a história do Amapá**. Macapá (Brasil): Imprensa Oficial, 1981.

RABELO, Benedito & CHAGAS Marco. **Aspectos Ambientais do Amapá**. Macapá (Brasil): GEA/ Mansur Gráfica & Editora, 1995.

SANSON, Nicolas D'Abbeville. **Atlas du mond-presente por Mireille Pastoureau**. Paris: Sand e Cont, 1988.

SEIXAS CORRÊA. Luiz Felipe. **La repercucion del Tratado de Tordesilhas en la formación del Brasil**. Madrid, 1994.

SOLANO, F. Contactos hispanoportugueses en América a lo largo de fronteira brasileira(1500-1800). In: **Estudos (nuevos y viejos) sobre la fronteira. Centro de Estudios Históricos, Departamento de História da América**, Madrid: CSIC, 1991.

VESPUCCI, Américo. **Cartas de viaje - 1454-1512**. Madrid: Alianza editorial, 1986.